

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM NOVO DESAFIO PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

*Carmen Rita Cardoso Junqueira

** Sílvia Helena C.R.V. de Camargo

*** Josiane Angélica Solly

Resumo: este artigo trata da questão da Avaliação Institucional, peça fundamental do Planejamento Estratégico como um novo desafio para as Instituições de Ensino Superior. O objetivo do artigo é propor um plano estratégico ativo, evolutivo, que possa ser alterado, ampliado, adequado ou melhorado através da avaliação, buscando garantir bom padrão de qualidade dos serviços prestados à sociedade pelas Instituições de Ensino Superior Universitárias.

Abstract: this article trat of the question of the Institucional Assessment, bolt essential of the Strategic Planning as a new challenge for the Institutions of Upper Education. The objective of the article is propose an active strategic planning, evolutive, that it could be attler, enlargement, adequate or better throught the assessment, hunt guarantee good design of quality of the serves to the society for the Universities Superior Teaching Institutions.

Palavras-Chaves: Educação/Planejamento/Avaliação.

Key Words: Education/Planning/Assessment

Introdução

O Brasil está passando por um momento histórico singular em seu sistema educacional. A pressão do processo de globalização está começando a atingir setores que tradicionalmente permaneciam indiferentes, até mesmo imunes, ou que reagem com mais relutância às rápidas mudanças na sociedade; inclui-se neste segmento a educação, isso sem levar em consideração as alterações legais deflagradas pela nova LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e legislações que a sucederam.

O preocupante neste cenário é que hoje, aparentemente, a maioria das Instituições de Ensino Superior parece não compreender a importância do papel do plano estratégico e da geração de grandes estratégias institucionais, não apenas para cumprir a legislação vigente, mas principalmente como condição de sobrevivência em um mercado cada vez mais competitivo.

Mais grave ainda é que muitas delas não estão devidamente preocupadas, e, em alguns casos, devidamente capacitadas a desenvolver seu Plano Estratégico.

Na realidade, as Instituições de Ensino Superior são extremamente eficientes na execução das tarefas rotineiras. As operações acadêmicas, especialmente as de seu dia-a-dia, absorvem-nas a tal ponto que criam uma verdadeira inércia interna que as impede de fazer uso ou desenvolver sua capacidade de adaptar-se às mudanças do meio ambiente.

Mais que isto, o foco contínuo nas operações diárias e resultados faz com que as mudanças nas metas, estratégias, ações e sistemas organizacionais apareçam muito mais como reações às crises do que ações de caráter pró-ativo. É neste sentido e com este mesmo propósito que elas se dispõem a atender aos ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e demais instrumentos legais em vigor, quando na verdade deveriam objetivar ter um Plano Estratégico adequado às suas necessidades, dinamicamente desenvolvido ao longo de sua execução, impossibilitando-o, dessa forma, de abrigar atitudes neutras, fortalecendo o compromisso que cada Instituição de Ensino Superior deverá ter com o futuro.

Visando atender a este compromisso surge como uma valiosa ferramenta para a execução do planejamento, a avaliação, que se constitui em um instrumento de grande importância, por abrigar processos e caminhos de permanente compreensão e busca, voltados à evolução e aperfeiçoamento das Instituições de Ensino Superior.

Plano de Desenvolvimento Institucional - P.D.I.

A construção de um Planejamento Estratégico Institucional não se faz através da pura e simples adaptação às Instituições de Ensino Superior de modelos e técnicas oriundas da administração empresarial.

Na realidade, o Planejamento Estratégico Institucional deve conter peculiaridades que fujam de um raciocínio com base na mera analogia entre empresa e escola, sob pena de reduzirmos o caráter específico da gestão educacional a retoques e adaptações que comprometerão, com certeza, sua singularidade.

Deve-se buscar, assim, no desenvolvimento de um projeto institucional, a filosofia própria de cada Instituição de Ensino Superior, atrelando-a às necessidades da sociedade e à demanda de mercado.

Nesse sentido, a Avaliação Institucional deve, mediante a identificação de potencialidades e dificuldades dessas instituições, e a indicação de novas alternativas, estar relacionada a um projeto orientador das ações da comunidade acadêmica, o Planejamento Estratégico Institucional.

Podemos dizer que, a rigor, em um processo de avaliação institucional, é o projeto político educacional que dá sentido às informações colhidas ao longo de seu desenvolvimento. Assim, tendo o projeto como referência, torna-se possível comparar as descobertas realizadas com as diretrizes nele anunciadas.

A falta de um projeto institucional próprio, na atual conjuntura, pode levar uma Instituição de Ensino Superior a sofrer desgastes, incorrendo, inclusive, no risco de ser levada a reboque, por outras propostas dominantes, que não sejam resultado de discussão realizada em seu âmbito, o que resultaria em uma total perda de identidade, com resultados certamente desastrosos em tempos de tantas exigências e competitividade.

A Avaliação Institucional

Para esclarecer o que seja Avaliação Institucional, nada melhor que utilizar palavras de Ana Maria Saul: “É um processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e da prestação de contas à sociedade, constituindo-se em ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior, devendo questionar a relevância da produção universitária numa perspectiva que se opõe a propósitos tecnoburocráticos e autoritários. Visa engajar os agentes da ação educativa na universidade, num processo de autocritica e de transformação, comprometendo-se com o delineamento e com a execução de um projeto de universidade onde a participação garante o envolvimento daqueles que vivem o cotidiano da universidade, na sua construção e ou reconstrução”.

O processo de avaliação deve ser o contraponto da proposta institucional, desenvolvida pela Instituição de Ensino Superior, buscando atender a uma tripla exigência da instituição contemporânea:

- ser um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- ser uma ferramenta para o planejamento e para a gestão universitária;
- ser um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

Isso significa acompanhar metodicamente as ações, a fim de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas. É este contraponto entre o pretendido e o realizado que dá sentido à avaliação.

Não se pretende, porém, que todas as discordâncias, dúvidas e contradições, características do cotidiano acadêmico, venham a desaparecer, pois a avaliação deve contribuir para revelar, preservar e estimular a pluralidade construtiva da instituição acadêmica.

Etapas da Avaliação Institucional

Um Projeto de Avaliação Institucional, partindo de sua introdução, abriga várias etapas, como:

- definição de objetivos;
- processo de sensibilização dos participantes;
- coleta de dados;
- tratamento estatístico dos dados;
- análise qualitativa dos resultados;
- divulgação dos resultados;
- alterações do projeto inicial em função das conclusões.

O Problema Atual

Palavras como avaliação e credenciamento passaram a fazer parte do dia-a-dia dos responsáveis pela gestão dos estabelecimentos de educação superior, em função dos dispositivos legais vigentes.

Porém, será lamentável se, com tantas restrições e riscos, a avaliação vier a ser praticada de forma burocratizante, empobrecendo seu potencial educativo, evidenciador das mudanças necessárias para que o ensino superior possa reencontrar sua identidade e cumprir seu papel social, diante de uma realidade caracterizada pela incerteza no futuro.

A pressão que as instituições de ensino vêm sofrendo para obter, manter e exibir resultados que atestem a qualidade de seus “serviços”, tem contribuído para um certo reducionismo na resposta ao problema. Alguns gestores têm-se posicionado frente às exigências legais de modo, no mínimo, pragmático. Resolvem a questão simplificando-a e empobrecendo a coleta

dos dados que poderiam ser obtidos se a avaliação, que se propõe como inevitável, porque imposta pela agenda educativa governamental, fosse explorada em toda sua positividade para revitalizar o projeto institucional.

Diante dessas considerações preliminares, acreditamos que haverá dificuldades e resistências das Instituições de Ensino Superior, que deverão ser superadas em duas linhas:

- algumas Instituições de Ensino Superior aplicarão a avaliação somente para cumprir o preceito legal;
- outras, no entanto, deverão fazê-lo para efetivamente auferir resultados que as conduzam ao aprimoramento de suas atividades, conduzindo-as à excelência na qualidade.

Conclusão

O que esperamos, sinceramente, é que a comunidade acadêmica passe a entender a avaliação como uma necessária forma de prestação de contas à sociedade, assim como parte de um Planejamento Estratégico Institucional, direcionador de mudança, realizando-a com o nível de seriedade que lhe cabe, e entendendo-a como instrumento indispensável ao aperfeiçoamento e progresso de toda Instituição de Ensino Superior.

* Mestranda em Administração do Centro Universitário Moura Lacerda - Ribeirão Preto-SP, Assessora de Planejamento e Membro da Comissão de Avaliação Institucional do Centro Universitário Moura Lacerda - Ribeirão Preto - SP, Docente do Departamento de Ciências Administrativas, Econômicas e Jurídicas.

** Mestranda em Administração do Centro Universitário Moura Lacerda - Ribeirão Preto - SP, Docente do Departamento de Ciências Administrativas, Econômicas e Jurídicas do Centro Universitário Moura Lacerda.

*** Mestranda em Administração do Centro Universitário Moura Lacerda - Ribeirão Preto - SP, Assistente da Reitoria do Centro Universitário Moura Lacerda.

Bibliografia:

BRITO DA SILVA, Eurides. Centros Universitários: aspectos legais, pedagógicos e administrativos. Estudos, Brasília: ABMES, Ano 15, nº 20, pp. 9-22, 1997.

LOBO E SILVA FILHO, Roberto Leal. Gestão, financiamento e avaliações de Qualidade nas instituições universitárias. Estudos, Brasília: ABMES, ano 15, nº 18, pp. 85-97, 1997.

TEIXEIRA, J.B. O planejamento estratégico nas instituições brasileiras. Educação Brasileira, v.17, nº 35, pp. 201-210, Brasília, 1995.

HORTA, Cecília Eugenia Rocha. A Avaliação em busca de uma alternativa Inovadora (Introdução). Estudos, Brasília, nº 13, 1992, pp. 11-12.

KOTLER, Philip e FOX, Karen F.A.. Marketing Estratégico para Instituições Educacionais. São Paulo: Atlas, 1994.

MANES, Juan Manuel. Marketing para Instituciones Educativas. Barcelona: Granica, 1997.

NISKIER, Arnaldo. L.D.B. a Nova Lei da Educação. Rio de Janeiro: Consultor, 1997.